

Ocupar o prédio, a praça, a política: diferentes configurações de ocupações e ciclos de mobilização em uma perspectiva ampliada¹

Matheus Del' Arco Pinzan (DCP-USP)

Agência de fomento: CNPq

Resumo: o trabalho visa colocar em perspectiva o fenômeno das ocupações urbanas de uma maneira ampliada, relacionando ciclos de mobilização no Brasil e na Europa. Na Europa, essa trajetória é - apesar de heterogênea -, bastante documentada e sistematizada, ao passo que no Brasil, os estudos sobre ocupação são muito mais recentes e menos consolidados, por se tratar, em parte, de fenômeno mais tardio. Não obstante, acredita-se que a aproximação entre ambos pode ser rica para uma melhor compreensão das suas diferentes manifestações no caso brasileiro, ainda pouco exploradas, bem como ressaltar as suas particularidades, além de situá-las em um cenário internacional. Para essa aproximação, será utilizada a tipologia desenvolvida por Hans Pruijt (2013), originalmente pensada para o caso europeu e dividida em cinco categorias: a) ocupações baseadas na privação; b) ocupações enquanto estratégia de moradia alternativa; c) ocupações empreendedoras; d) ocupações preservacionais e; e) ocupações políticas. A análise dos ciclos de mobilização será dividida em três momentos, não necessariamente lineares, mas capazes de abarcarem essa tipologia e traçarem as relações relevantes para o desenvolvimento e variação dessas diferentes configurações aqui e lá, tendo sempre em vista os estudos de casos que foram feitos nos diferentes contextos.

¹ Trabalho preparado para apresentação no X Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 09 a 13 de novembro de 2020

É possível se falar em uma genealogia, ou uma certa tradição dos movimentos de ocupação no caso europeu, onde esse movimento é mais consolidado e é possível identificar ciclos, fases e períodos distintos. Verifica-se a relação com governos locais, movimentos sociais, artísticos e culturais, mudanças nas estratégias utilizadas e as diferentes adaptações que ocorreram nas passagens dos contextos políticos e sociais ao longo da história. A trajetória do desenvolvimento desse movimento na Europa não é linear, tipos de ocupação e estratégias se sobrepõem em todos os casos ou se manifestam em espaços de tempo distintos nos diferentes países. O que procuro fazer é um sobrevoo pelas diferentes formas de manifestação desse fenômeno, realçando algumas das características que possam oferecer uma base sobre a história dos *squatters* e material de reflexão para se pensar os casos brasileiros.

Busca-se reconstruir conjuntamente a trajetória dos movimentos de habitação e ocupação na cidade de São Paulo em paralelo com casos europeus, considerando as particularidades de cada contexto. Acredita-se que de um ponto de vista analítico essa aproximação seja profícua para se integrar algumas ferramentas analíticas e a começar se estabelecer um diálogo dentro do campo.

Para esse fim serão enfatizadas as principais variações de um momento para outro em relação com as diferentes configurações de ocupação, seguindo a tipologia de Pruijt (2013). Existem diversos tipos de ocupantes e de ocupações, suas trajetórias e resultados podem variar muito a depender de vários fatores, como: localização da ocupação, interesse especulativo naquela região, composição social dos membros da ocupação, inclinações políticas e filosóficas, relação de maior conflito ou não com as autoridades, envolvimento com a comunidade local, suas demandas e enquadramentos, e mais particularmente, até do tipo de imóvel ocupado (PRUIJT, 2013).

Na literatura brasileira o estudo sobre ocupações é relativamente recente, em parte por se tratar de uma prática que começa a ganhar fôlego no final dos anos 90 no Brasil, e em parte por ser entendido como um repertório de ação de movimentos sociais de moradia (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012; BRACONI, 2017; NEUHOLD, 2009). Tal abordagem agrega elementos para o entendimento de ocupações como fenômenos políticos em certos casos, porém não permite uma distinção das diferentes formas de manifestação desse fenômeno, prejudicando o ganho analítico do uso da categoria. Nota-se uma lacuna no entendimento da complexidade e potência criativa e conflitiva, dessa expressão no Brasil. A crescente abertura para um campo de estudos específico sobre esse fenômeno (SQUATTING

EVERYWHERE KOLLECTIVE, 2013; 2014; 2018), em diversas áreas do conhecimento (MOORE; SMART, 2015), aponta para análises mais nuançadas e comparativas (AGUILERA; SMART, 2016).

Ainda na literatura brasileira, sobre esse fenômeno são identificados dois tipos de ocupação com objetivos distintos (NEUHOLD, 2009; BRACONI, 2017):

a) *ocupação-denúncia* - evidencia a falta de políticas públicas para solucionar os problemas de habitação e visibilizar os espaços ociosos da cidade, a fim de colocá-los em negociação, sem a intenção de se estabelecer nesse local e;

b) *ocupação-para-morar* - também fazem essa denúncia, mas se estabelecem no local ocupado, enquanto simultaneamente negociam com autoridades a regularização da ocupação ou o atendimento dos ocupantes pelas políticas públicas existentes.

Dessa forma, podemos entender as ocupações tanto como um meio para endereçar uma crítica direta por uma demanda social, como também um fim em si mesmas, promovendo uma solução radical para as causas dessas demandas (MAYER, 2013). Nesse sentido, essa categorização vai de acordo com a literatura internacional. Todavia, as ocupações são, por natureza, complexas e heterogêneas, o que gera um desafio na elaboração de ferramentas de análise e diálogo de suas práticas e conexões com movimentos sociais e lutas de determinado período, sendo essas duas diferenciações insuficientes para tratar desse problema.

Ocupações podem assumir diferentes configurações a depender de seu propósito. Hans Pruijt (2013) fornece uma tipologia bastante influente na literatura europeia especializada em ocupação para que se possa dimensionar e diferenciar essas diferentes práticas dentro de uma mesma perspectiva, considerando suas demandas e enquadramentos, sendo, resumidamente, as cinco categorias seguintes: a) **ocupação baseada na privação**, em que pessoas em extrema situação de pobreza são alocadas em prédios ocupados, podendo ser uma ação efetivada por movimentos sociais ou por si mesmas; b) **ocupação como uma estratégia de moradia alternativa**, em que pessoas ou comunidades ocupam imóveis de todo tipo com o intuito de desenvolverem estilos de vida não-convencionais; c) **ocupações empreendedoras**, em que são desenvolvidas diversas atividades de cunho social e cultural dentro de um mesmo espaço; d) **ocupações preservacionais**, em que um terreno é ocupado para evitar uma alteração planejada indesejada; e) **ocupações políticas**, quando se tem o intuito de reivindicar uma pauta pela tomada dos espaços estratégicos.

Nas páginas seguintes, procura-se adotar esse prisma para refletir sobre a experiência de São Paulo em perspectiva com os casos europeus. Os ciclos de mobilização que levam a essas diferentes configurações serão agrupados em três momentos, com o intuito de realçar pontos de aproximação com as experiências europeias, bem como colocar algumas diferenças de como essas expressões se manifestam em São Paulo.

Momento I - ocupações e movimentos por moradia

Sabe-se que a prática de ocupar prédios abandonados é utilizada desde o pós-guerra na Europa de maneira mais sistemática, porém casos de resistência individual e esporádica são datados desde o final do século XIX, como a prática de alguns inquilinos de se recusar a pagar o aluguel ao se deixar uma casa e repetir isso sucessivamente em outras propriedades (AGUILERA, 2017). Com a Revolução Industrial e a introdução de mais mecanismos democráticos na virada do século, essa ação começou a tomar um caráter mais coletivo e se tornar mais visível publicamente, com a formação de grupos de defesa por diretos de habitação, contra a lógica da propriedade privada e engajados em ação direta, nos primeiros anos do pós-guerra (IDEM).

Em São Paulo, as lutas por moradia têm início entre os anos de 1950 e 1960, na Zona Sul, em ocupações de assentamentos de terra em áreas de mananciais. A organização coletiva que começa a se formar nesse momento para resistir às tentativas de despejo gera um instrumento de luta e organização, como assembleias populares (BRACONI, 2017). Uma primeira diferença marcante é de que os movimentos de moradia que nascem no contexto paulistano têm como foco a ocupação de terrenos desocupados e em zonas periféricas da cidade e não edifícios ociosos em áreas mais urbanizadas, o que leva a um fenômeno notadamente distinto: a formação de favelas e a criação de movimentos de favelas.

Em contrapartida, pautas de moradores dos cortiços precarizados na região central da cidade não foram atendidas pelo poder público por estarem situados em áreas onde planos de requalificação urbana e interesses imobiliário privados convergiam para expulsão dos habitantes locais (BRACONI, 2017). Essa condição de invisibilidade dos cortiços permanece até os anos 90 em que esses moradores começam a se organizar coletivamente por melhores condições de moradia e políticas públicas voltadas especificamente para a questão dos cortiços e da moradia no centro da cidade (NEUHOLD, 2009; BRACONI, 2017).

Esse primeiro ciclo é caracterizado pelo perfil social das pessoas envolvidas: pobres, trabalhadores e em condições de vulnerabilidade severa por não terem outra opção de moradia, condizendo com o modelo de **ocupação baseada em privação** de Pruijt (2013). Tanto na esfera nacional, quanto internacional, vale ressaltar que critérios sociais estabelecidos por governos excluem certos grupos do acesso ao auxílio moradia. Por exemplo, não serem casadas, no caso da Holanda, ou não serem casadas e com filhos, no caso da Inglaterra (PRUIJT, 2013), ou simplesmente por não haver políticas direcionadas especificamente para aquele grupo e território, como no caso de São Paulo. Entrando em um ciclo vicioso por não conseguirem habitação nem pelas vias do mercado, devido à falta de recursos e estigmatização do despejo, e nem pelas vias públicas, pelo motivo citado acima, essas pessoas procuravam, ou eram encontradas, por essas organizações de defesa do direito de habitação, que as realocava em ocupações que a própria organização promovia.

As primeiras vitórias das lutas por moradia no centro de São Paulo impulsionam a criação de diferentes associações de moradores de cortiços em diversos bairros da cidade, culminando na articulação dessas lutas isoladas entorno da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), em 1991 (NEUHOLD, 2009). Essa primeira organização atua na defesa dos direitos dos moradores de cortiços e na identificação de imóveis ociosos no centro da cidade que estariam aptos a desapropriação e ao encaminhamento para a reabilitação para serem destinados a políticas públicas de moradia popular.

Nos anos seguintes, essa organização vem a se fragmentar em diferentes movimentos que passam a atuar na região central, devido a dissidências políticas e organizacionais entre os coordenadores, em especial entre aqueles que defendiam uma forma de atuação mais conciliadora e institucionalizada e aqueles que eram mais pró ação direta (BRACONI, 2017).

É somente a partir de 1997, com o Fórum dos Cortiços, dissidência da ULC, que esses movimentos começam a organizar ocupações de edifícios e terrenos variados, ociosos ou em dívidas, como estratégias de pressão: as ocupações serviam como moradia provisória e como forma de abertura para de canais de diálogo para o cumprimento das políticas públicas. A novidade desse período pós 1997 é de que as ações por moradia no centro se tornam coordenadas e com pautas pré-definidas e mobilizando redes de apoiadores, produzindo e consolidando os discursos de denúncia da falta de cumprimento da função social da propriedade e da própria cidade (NEUHOLD, 2009).

No caso inglês, durante o pico das ocupações entre os 1960 e 1980, organizações como o *Family Squatting Advisory Service* e a *London Squatting Campaign* tiveram um papel fundamental na identificação de pessoas e famílias desamparadas e de prédios abandonados, assim como no levantamento e divulgação de informações que pudessem ser úteis para essas pessoas ou servissem para gerar apoio e visibilidade na sociedade para a questão da habitação, constatando, assim como no caso de São Paulo, a contradição e a injustiça de um enorme estoque de imóveis ociosos na Grande Londres enquanto milhares de pessoas em condições precárias de habitação ou mesmo sem-teto (PRUIJT, 2013; MILLGAN, 2106).

Em Roma, a primeira organização de luta por moradia surge em resposta a uma ação truculenta da polícia que resultou na morte de um jovem ativista na periferia da cidade, durante a reintegração de posse de um espaço ocupado, dando origem, em 1974, ao *Coordinamento Cittadino di Lotta per la Casa*, ativo e altamente relevante nas lutas contemporâneas por habitação e outros questões urbanas, tendo destaque na integração das lutas por moradia com outros direitos cívicos e sociais e no atendimento da população imigrante, sistematicamente desfavorecida no modelo urbano de habitação romano (GRAZIOLI; CACIAGLI, 2018).

Tanto no caso da cidade de São Paulo como nas experiências europeias, evidencia-se um modo de ação bem organizado, coordenado e centralizado, com critérios claros de quem poderia morar em uma ocupação (pessoas em situação de grande vulnerabilidade e de dispossessão) e que tipos de imóveis poderiam ser ocupados (imóveis que estivessem fora do estoque de moradia ou que não fossem destinados a planos de habitação popular) (PRUIJT, 2013).

Uma diferença marcante, no entanto, é a distinção social que existe entre ativistas e ocupantes na Europa, em relação ao Brasil. De acordo com Pruijt (2013), os moradores das ocupações na Europa não são necessariamente os que lideraram a reivindicação do território ou os que coordenam ações de logística e organização política, sendo essas funções geralmente exercidas por ativistas de classe média.

Em contrapartida, nas ocupações organizadas por movimentos sem-teto e de moradia no centro de São Paulo, as lideranças, tanto de iniciativa de novas ocupações, quanto de organização interna (nota-se estruturas organizacionais bastante hierarquizadas), partem dos próprios integrantes/moradores da ocupação (NEUHOLD, 2009; BRACONI, 2017). Apoiadores como intelectuais, ativistas, artistas e jovens de classe média contribuem para os

movimentos e participam ativamente em determinados momentos, mas não tomam o protagonismo dessas ações e nem da organização do movimento.

Todavia, como observa Milligan (2016; 2018), não se deve entender essa diferença como um fator de despolitização ou como uma solução assistencialista para problemas individuais de pessoas desfavorecidas em nenhuma instância. A autora critica a caracterização de Pruijt por sugerir um esvaziamento de um potencial emancipatório e político nessa configuração, que argumenta estar presente não só nos seus resultados em termos de políticas públicas, mas também nas formas de organização coletivas e afetivas do dia-a-dia, enfatizando a agência dos ocupantes nesse processo.

De todo modo, as organizações desse primeiro momento fazem críticas a ineficiência das políticas públicas, enquadrando suas demandas na esfera do cuidado, do respeito e da dignidade das pessoas em situações críticas de moradia. Essa estratégia angariava apoiadores, pressionava o governo por melhores políticas e dificultava uma ação truculenta de reintegração de posse, devido ao custo alto em termos de repercussão negativa para a imagem do governo, como agressor daqueles que deveria estar cuidando (PRUIJT, 2013).

Esse modo de organização, por outro lado, acaba tendo alguns efeitos reversos com o passar do tempo, como a suscetibilidade a cooptação por parte dos governos. A legalização de ocupações pode desmobilizar a ação desses movimentos por ceder licenças de uso ao a) exigir em contrapartida a desistência da atividade de organizar mais ocupações (PRUIJT, 2013) e por b) gerar uma clivagem interna entre os ocupantes mais moderados (compatíveis com os planos de governo, portanto aptos a receberem licenças de uso) *versus* ocupantes mais radicais (não confiáveis, portanto ilegais), contribuindo para a estigmatização do segundo grupo, na opinião pública (AGUILERA, 2017; MILLGAN, 2108).

No caso de São Paulo, esses efeitos são observáveis a partir dos anos 2000, em que ao longo da gestão Marta Suplicy (PT), alguns movimentos param de realizar ocupações com o intuito de se estabelecerem no imóvel, organizando apenas ocupações temporárias como forma de darem repercussão a suas pautas e abrirem canais negociação (NEUHOLD, 2009). Essa mudança de estratégia está relacionada a aproximação com o governo, que de fato cria novos canais de diálogo com esses movimentos nessa gestão, chegando a colocar representantes desses movimentos em quadros de políticas públicas, o que por um lado fornece uma maior acesso a instâncias de tomada de decisão, mas por outro, nota-se uma mudança de tom nos

discursos e reivindicações, mais moderado em relação ao governo municipal, o que gera divergências e dissidências entre os movimentos de moradia.

Nesse contexto é criada a Frente de Luta por Moradia (FLM), com o objetivo de abarcar diversos movimentos, inclusive os de práticas mais radicais, que se viram excluídos dessa aproximação (NEUHOLD, 2009). A proliferação de siglas que sucedeu nos anos seguintes indica uma diversificação de pautas e formas de luta, recebendo destaque para o MTST e MSTC, que tomaram grandes dimensões e se tornaram referências na cidade, agindo simultaneamente na organização de novas ocupações e na arena institucional, através de políticas públicas e inclusive lançando candidaturas próprias para cargos executivos e legislativos.

Movimentos mais recentes, em especial, organizados após a crise financeiro-imobiliária de 2008, como a *Plataforma de Afectados por la Hipoteca*, na Espanha e o *Blocchi Precari Metropolitani*, em Roma, atualizam essa forma de organização nesse novo contexto, que além de continuarem a efetuar novas ocupações e lutando contra tentativas de reintegração de posse, apresentam uma maior articulação com outros movimentos de base em torno de pautas mais amplas e de longo prazo, como por exemplo questões ligadas ao direito à cidade e o direito à moradia enquanto direitos universais, de uma maneira mais descentralizada e horizontal e promovendo novas e alternativas experiências de se habitar e produzir o meio urbano (MILLIGAN, 2018; GRAZIOLI; CACIAGLI, 2018)

Momento II - diversificação das ocupações: contracultura, autonomistas e Centros Sociais (anos 60 em diante)

Ocupações alternativas/ aproximação entre coletivos políticos, artísticos e culturais

Tanto no Reino Unido quanto na Holanda, ocupar não constituía necessariamente uma ofensa legal até 2010, o que tornou desses países laboratórios de experimentações das possibilidades do ato de ocupar e contribuíram para uma maior diversificação dos formatos de ocupação e de condutas dos movimentos na segunda metade do XX (PRUIJT, 2013).

A partir de meados dos anos 60 e início dos anos 70, essa experimentação começou a tomar maior relevância para os movimentos, tendo como o expoente desse período os *krakers* holandeses. Associados a coletivos artísticos de contracultura, notoriamente com o coletivo anarquista *Provos*, ativistas abriam imóveis que pertenciam a conjuntos habitacionais do

governo e destinavam a cidadãos que estavam em longas filas de espera, em sua maioria jovens adultos, maiores atingidos pelo desemprego no pós-guerra (PRUIJT, 2003). Nesse momento, existe uma maior conexão com grupos de esquerda radical e de contracultura. Eventos do tipo *happennigs* e a possibilidade de criação de pequenas utopias nos interiores de espaços ocupados passam a atrair uma parcela mais ampla e diversa da população que buscam o envolvimento com a contracultura da época em termos de ativismo político e de criação artística, como jovens de classe média, músicos e artistas visuais ou simplesmente pessoas que enxergam a possibilidade de prover para si próprias uma solução mais barata de habitação (IDEM).

Uma primeira experiência de aproximação entre movimentos de ocupações e movimentos culturais e artísticos em São Paulo acontece nos anos de 2003 a 2007, na Ocupação Prestes Maia, organizada pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Paralelamente ao crescimento e consolidação dos movimentos de moradia na cidade, no campo das artes, é observado um ressurgimento de coletivos de artistas que utilizavam o espaço público como terreno de sua ação. De certa forma influenciados pelo movimento situacionista e a geração de artistas brasileiros dos anos 1960 e 1970, esses novos coletivos criticam a espetacularização da cultura, questionam o circuito institucional das artes e procuram incidir politicamente com seus trabalhos (OLIVEIRA NETO, 2012).

A convergência entre esses movimentos ocorre a partir da proposição de alguns artistas em realizar uma exposição de arte contemporânea no espaço da ocupação, uma vez que buscando novas formas de escapar ao espaço formal e institucional das artes, os coletivos de artistas se aproximam de outros coletivos de ativismo político, como os movimentos de moradia. Ao passo que esse evento gerou tensões entre moradores da Ocupação Prestes Maia e os artistas expositores, próprias da colisão entre universos tão díspares, ele também foi capaz de aproximar movimentos artísticos e de moradia, o que viria a reverberar em novas atividades conjuntas entre alguns desses mesmos artistas e o MSTC nos anos seguintes e se tornar um marco para a discussão e elaboração de novas estratégias de intervenção urbana e de aproximação entre arte contemporânea e ativismo (IDEM).

Ocupar nesse modo passa de uma falta de opção para uma escolha, constituindo um ato de empoderamento, ao invés de estigma, aos olhos de seus praticantes. Esse tipo de condiz com a configuração de **ocupação enquanto estratégia alternativa de moradia**, em que o perfil social de quem ocupa, bem como o tipo de imóvel, são bem menos rígidos e organizados do

que no modo anterior (PRUIJT, 2013). Imóveis que nunca foram direcionados para a habitação, apartamentos de luxo, casas que estão em planos de demolição ou construções amplas que não possuem divisões de apartamentos são preferidos por essa modalidade, como forma de não entrar em disputa pelos mesmos espaços que ocupações por privação e aumentarem o estoque de habitação disponível.

Algumas associações entre movimentos culturais e políticos que preservam um modo de vida não-convencional são bastante frequentes no tipo de ocupação enquanto estratégia alternativa de moradia, como as ocupações *punks*, feministas e LGBTQI. Ocupações promovidas e voltadas especificamente a esses grupos se formam com o intuito de se viver comunalmente entre pessoas que possuem um estilo de vida semelhante e estigmatizado socialmente ou, como muitas vezes ocorre em ocupações feministas e LGBTQI, como forma de criação de um ambiente seguro, de acolhimento e realização. Azomox (2015), mostra que a busca por espaços independentes em ocupações na Alemanha não era suficiente por conta de muitos espaços ocupados reproduzirem machismos e discriminações de gênero dentro das próprias ocupações; tomando o mote “o pessoal também é político” e as novas ondas de movimentos por igualdade, essas pessoas passam a organizar, a partir de 1968, ocupações voltadas para a sua própria comunidade. No Brasil, ocupações desse tipo são muito pouco documentadas e estudadas, havendo mais registros na historiografia *punk* (GALLO, 2008) do que nos outros casos. Existem registros jornalísticos de algumas dessas experiências, como no caso de uma ocupação LGBTQI organizada pela FLM no centro de São Paulo ou no caso da Ocupação Marias da Consolação, organizada de maneira autônoma com o intuito de abrigar principalmente mães solteiras em um sobrado antigo que funcionava como bordel.

Em comparação com a atuação política do momento anterior, esse momento é mais aberto e descentralizado, tornando as demandas e as ideologias mais diversas e menos direcionadas a uma pauta ou demanda diretamente para o governo. Ao invés disso, há uma ênfase na construção de uma cena de ocupações diversa, na troca de informações, apoio e solidariedade, entre si e com outros movimentos sociais de características semelhantes, o que se mostra de grande importância para a formação da infraestrutura dos movimentos nos anos seguintes (PRUIJT, 2013).

Ocupações híbridas/ novas possibilidades de usos dos espaços, novas formas de engajamento

Outra tradição de ocupação de grande destaque é a que se desenvolveu na Itália, principalmente nos anos 70. Os *Centri Sociali* são ocupações de imóveis abandonados de diferentes tipos (casas, galpões, escritórios, escolas, áreas militares, hospitais, docas, fábricas etc) que passam a abarcar projetos de cunhos sociocultural e político, como atendimento médico e jurídico, teatros, cinemas, *shows*, festas, *raves*, oficinas de concerto, bares, cafés, ateliers, galerias de arte, espaço para encontros, eventos, reuniões e campanhas políticas etc, podendo serem mais voltados para uma ou outra atividade específica, ou a uma variedade delas.

Esses espaços seguem princípios da auto-gestão coletiva e são muito influenciados pelas ideias do movimento *Autonomia Operaria* italiano (MUDU, 2013), decorrente das experiências das greves e das ocupações das fábricas italianas e francesas nas décadas anteriores, em que os trabalhadores, ao pararem com a produção industrial e ocuparem seus locais de trabalho como ponto de reunião, começavam a tomar o controle de suas vidas rejeitando os modos de vida capitalista impostos pela jornada de trabalho fabril, sendo essa produção coletiva muitas vezes mais importantes do que a pauta da greve em si, por melhores salários ou condições de trabalho, por exemplo. O movimento da *Autonomia Operaria*, surge após o auge do *operaismo* italiano, corrente intelectual que fazia uma análise distinta do marxismo tradicional, enxergando momentos de crise não como um colapso da capacidade capitalista de atender as demandas, mas como “a explosão de relações sociais, cuja grande complexidade não poderia ser resumida a rompida relação de capital-trabalho” (MUDU, 2013).

Esse modelo se diferencia dos outros por promover atividades que vão além da habitação, promovendo oferta de serviços, oportunidades de trabalho e formação, expressão artística e cultural, sociabilidade e construção de identidades, recuperando assim os espaços vazios deixados pelo declínio de partidos e de grandes espaços de trabalho (PRUIJT, 2013). Para além de atenderem aos anseios locais, Centros Sociais cumprem uma dupla função na estruturação dos movimentos de ocupação: fornecem espaço e estrutura para encontros, reuniões, organização, expressão e troca entre ativistas de diversas áreas, bem como são as manifestações mais visíveis e abertas ao público em geral, chamando a atenção da mídia, autoridades locais e vizinhos, o que os tornam excelentes pontos de recrutamento de novos ativistas e participantes, ou mesmo visitantes e simpatizantes (MARTÍNEZ, 2012).

Voltando ao caso da colaboração entre coletivos de artistas e o MSTC na ocupação Prestes Maia, após um ano e meio do desencadeamento do primeiro evento, os coletivos de artistas voltam a realizar trabalhos na ocupação. Nos *Sábados Culturais*, o espaço do subsolo

da ocupação começou a ser utilizado semanalmente para a realização de atividades, oficinas, exposições, exibição de filmes, rodas de conversa propostas pelos artistas e pelos moradores. Como mostram os relatos colhidos por Oliveira Neto (2012), diferentemente da exposição, esses eventos foram mais efetivos e afetivos, criando laços entre os moradores e coordenadores da ocupação e os artistas, resultando na abertura desse espaço ao público e a no desdobramento em outras atividades abertas, como a *Escola Popular Prestes Maia*, em que atividades abertas eram ministradas por moradores e artistas, tendo como eixo o compartilhamento horizontal de saberes e a *Biblioteca Comunitária*, que parte da iniciativa de um morador e recebe grande destaque posteriormente. Essas iniciativas colaboram não só para a mudança da imagem da ocupação para fora do prédio, mas também funcionam como um dispositivo de hibridização da ocupação, que passa a ser capaz de reunir diferentes setores como o artístico, de lutas por moradia, de reforma urbana, de educação em torno de um projeto social que visava atender diferentes demandas da população, em especial populações de maior vulnerabilidade, de maneira colaborativa.

Essa configuração consolidada na Itália e observada na Ocupação Prestes Maia é denominada por Pruijt (2013) de **ocupação empreendedora, ou de projetos** (em uma terminologia mais recente que busca afastar a ideia neoliberal do vocabulário corporativo). Esse modelo se difunde notadamente por locais como Espanha (MARTÍNEZ, 2013) e Reino Unido (ETC DEE, 2016), em que o próprio termo Centro Social foi adotado. Outras variações são notadas em outros países como *Broedplaatsen* (Espaços Geradores), na Holanda (PRUIJT, 2013; ETC DEE, 2018) ou *Free Spaces*, utilizado por alguns espaços na Alemanha. Em todos esses casos, essas ocupações são fundamentais para a criação de um circuito alternativo de organização política e cultural nas suas respectivas cidades, chegando a quase se colarem a própria imagem cultural da cidade como no caso de Amsterdã (ETC DEE, 2018) e Berlim.

Em São Paulo, após a experiência embrionária dos *Sábados Culturais* na Ocupação Prestes Maia, interrompida pela reintegração de posse efetuada em 2007, observamos o surgimento de novas ocupações que reúnem essas características em 2014, com as ocupações da Casa Amarela e da Ouvidor 63, que desde seu início até hoje seguem a proposta híbrida. Diferentemente da Ocupação Prestes Maia, essas duas ocupações não são organizadas por movimentos de moradia, partindo da iniciativa de grupos de artistas e tendo em suas composições exclusivamente pessoas que trabalham e vivem de arte.

Outras ocupações surgem por volta desse período e também podem ser analisadas por meio da categoria de ocupações de projetos, especialmente nas periferias da cidade, em que há uma luta por mais espaços culturais devido ao déficit de equipamentos públicos nessas regiões. Nesses casos nem sempre a utilização do espaço ocupado envolve moradia das pessoas que ocupam, funcionando mais à maneira de um centro cultural comunitário. Algumas dessas ocupações se articulam pelo Bloco de Ocupações Culturais de Espaços Públicos, organizado a partir do Movimento Cultural das Periferias, como estratégia de pautarem suas demandas coletivamente junto ao poder público, pressionando por mais investimentos, equipamentos públicos de cultura nas periferias e pela regularização dos espaços ocupados.

Em relação aos governos, esse tipo de ocupação provoca reações muito diferentes ao longo do tempo e dos locais. Por promoverem uma série de atividades e serviços a um baixo custo e alternativas aos circuitos comerciais, ocupações de projetos são capazes de despertar uma grande legitimidade aos olhos da população que entra em contato com essas ocupações, que mesmo sem estar envolvida com algum movimento de ocupação em si, vê como positiva a atuação dos coletivos para o bem da comunidade, o que dificulta uma ação de reintegração por parte do governo. Assim como em ocupações exclusivamente de moradia, governos podem também oferecer licenças de uso a esses centros, incorporando-os em maior ou menor grau aos equipamentos estatais.

Em Paris, onde a maior parte das ocupações são de projeto e voltadas para as artes, a regularização de uma delas abriu uma janela de oportunidades políticas para as outras também entrarem com pedidos de concessão do espaço (AGUILERA, 2017). Novamente, efeitos colaterais dessas políticas são a perda da radicalidade e da experimentação desses projetos; uma vez regularizados, esses projetos podem ter de seguir contratos de condutas, metas e resultados, regularizações sobre regras internas etc. Algumas consequências negativas para o movimento podem ser a transformação das ocupações em pontos turísticos e a gentrificação local. Esse dilema, de continuar ilegal e radical ou abrir mão disso em troca de uma maior segurança e estabilidade não ocorre sempre, soluções criativas e arranjos diversos possibilitam que ocupações, mesmo regularizadas continuem atuantes, críticas e compondo o circuito de ocupações em outros contextos, ensejando novos tipos de institucionalização (PRUIJT, 2013; MARTÍNEZ, 2013).

Ambas as configurações desse *Momento II* são de grande interesse por constituírem parte significativa do que veio a ser o movimento de ocupação na Europa. A difusão dessa

prática pelo continente, pelo menos em sua parte Ocidental, se deve em grande parte as redes informais que foram estabelecidas ao longo dos anos 70 e 80 entre os *squatters* de diferentes países (OWENS, 2013). Essa troca possibilitou a replicação de práticas em outros países e também constituindo uma certa identidade de um movimento de maneira geral em torno de pautas comuns de caráter libertário.

A experiência holandesa e sua difusão foi capaz de gerar diversas células autônomas em diferentes países com expertise em oferecer uma solução radical para o problema de habitação e proporcionar espaços de discussão e práticas libertárias e de contracultura. A tradição italiana amplia esse repertório por abrirem os espaços ocupados ao engajamento da comunidade local, que passa a ser ao mesmo tempo usuária e colaboradora dos serviços prestados nos Centros Sociais.

Em São Paulo, esses tipos de ocupação ainda são muito recentes e pouco abordados pela literatura, porém apresentam um grande potencial de desenvolvimento, uma vez que atuam em setores sensíveis das políticas públicas, fornecendo soluções mistas para alguns déficits crônicos nas cidades como habitação popular em regiões centrais, equipamentos e serviços de cultura em áreas periféricas e espaços de convívio na cidade. Ao recuperarem espaços ociosos e coordenarem suas atividades através de uma gestão popular, comunitária e participativa, ocupações de projetos acabam se tornando uma alternativa as políticas públicas convencionais e a incitativas de mercado, gerando menos custos e podendo ser mais ajustadas as demandas do público que atendem em determinada região.

Momento III - ocupações como meios, ferramentas e táticas políticas

Ocupar para preservar

Ocupações podem deliberadamente não serem um fim em si mesmas, mas servirem como ferramenta, tática ou barganha a favor ou contra outras pautas e planos. Grandes obras públicas e planos de renovação urbana, podem afetar drasticamente não só a paisagem, como também o funcionamento, a sociabilidade, os modos de vida e a composição social dos moradores de um território. Todavia, nem sempre os habitantes locais são de fato levados em consideração nas tomadas de decisão sobre os rumos desse processo de transformação. Durante esses impasses, criam-se oportunidades para grupos de ativistas se engajarem na ação direta para prevenção de transformações indesejadas e promoverem outras formas de desenvolvimento do uso do terreno (PRUIJT, 2013). A ocupação dos pontos críticos em que determinada mudança estava prevista para ocorrer, além de inviabilizar a execução dos planos,

torna esses espaços, abandonados ou esvaziados, populados de novo, gerando uma forma alternativa de “revitalização”, não pelas obras e reformulações físicas e estruturais dos espaços, mas pela presença de corpos e pessoas e pelas novas relações que essas passam a estabelecer com esses espaços.

Essa configuração, denominada **ocupação preservacional** (PRUIJT, 2013) pode assumir diferentes escalas e o envolvimento de diferentes grupos de ativistas: prédios históricos, teatros, cinemas e potencialmente qualquer imóvel que possa ter uma carga afetiva ou importância histórica para uma determinada comunidade podem ser reapropriados com o intuito de se resistir a reconfiguração do espaço, seja essa ação encabeçada por associações de bairro, grupos de estudantes ou comunidades em torno de alguma área específica, como cultura, patrimônio etc.

Na Itália, espaços históricos como o *Teatro Valle*, em Roma e o complexo arquitetônico *La Cavalerizza Reale*, em Turim, ambos tombados, foram palco de ocupações com o intuito de evitar que esses espaços fossem privatizados. O *Teatro Valle* é o mais antigo teatro em funcionamento de Roma e foi ocupado em 2011 em um contexto de referendo pela privatização de serviços públicos relacionados a recursos comuns como a água. Durante a ocupação foram formados grupos de estudo e experimentação, realizados a partir de assembleias abertas e horizontais, que elaboraram a teoria do uso comum, originalmente formulada para recursos naturais, como a água, porém estendido ao espaço urbano e a bens não materiais como arte e cultura (TEATRO VALLE, 2015). O projeto ganhou diversos prêmios internacionais e foi capaz de rever o código civil italiano, constituindo o reconhecimento de uma nova entidade, nem pública nem privada, mas comum, espalhando esse modelo de auto-governança coletiva pela Itália, através dos diversos Centros Sociais que já existiam (IDEM). Em Turim, no processo de ocupação do *La Cavalerizza Reale* a participação de grupos de artistas foi fundamental para a legitimação do projeto, que contou com artistas renomados e também abriu espaço para jovens artistas residirem e apresentarem seus trabalhos ali (BRAGAGLIA; KRÄMER, 2018). O foco preminentemente artístico dessa ocupação não anula a participação ativa em questões políticas, uma vez que essa ocupação abrigou diversos coletivos políticos, um deles, inclusive, organizou os protestos contra a reunião do G7 em Turim (IDEM). Tendo em vista o contexto do espaço e das pessoas que dele passaram a fazer uso, as assembleias do *La Cavalerizza* decidem por tentar implementar um modelo de “uso cívico”, instrumento legal desenvolvido em Nápoles, visando evitar a burocratização do espaço e garantir a continuidade das experimentações criativas desenvolvidas pelos coletivos (IDEM).

Em São Paulo, em 2014, diversos movimentos e coletivos se organizaram para realizar a ocupação de um terreno entre a rua Augusta e a rua da Consolação, no valorizado centro da cidade. O terreno pertencia a uma construtora que visava erguer sobre as ruínas de um colégio e uma área de Mata Atlântica originaria um empreendimento de luxo. Havia uma movimentação há décadas para que esse terreno fosse transformado em um parque municipal, porém apenas após a abertura do terreno com a ocupação e as diversas atividades e formas de apropriação comunitárias que se desenvolveram nesse espaço que essa luta se fortaleceu e recebeu destaque para avançar. A rede formada a partir da ocupação envolvia grupos de ativismo, de moradores da região, de artistas, urbanistas, arquitetos, antropólogos, ambientalistas e cidadãos de maneira geral, interessados em participar da preservação e criação do parque através de encontros, festas e discussões livres. O complexo movimento que se estabeleceu, apesar de ter sido expulso do espaço por meio de uma reintegração de posse efetuada pela polícia, teve desdobramentos interessantes e manteve-se ativo, da mesma forma auto-organizada e aberta, no embate jurídico pela desapropriação e regularização do parque (OLIVEIRA, 2019), que enfim foi aprovada em 2019, nos moldes levantados pelos inúmeros fóruns, encontros, assembleias, grupos de trabalho e de estudo que se formaram para a criação desse projeto comunitário (IDEM).

A ocupação de espaços da cidade enquanto forma de os cidadãos darem vida ao seu desejo do que pode vir a ser esse espaço, muitas vezes contrariando planos que parecem inexoráveis, demonstra o poder afetivo que as relações criadas com o espaço e com as pessoas envolvidas nesse processo podem, de fato, reverterem modos de produção urbana e abrirem possibilidades de se transformar a realidade a partir de organizações comunitárias e da proposição na prática de uma alternativa ao modelo vigente. Esse processo não se dá pela renovação, no sentido convencional de destruição para a reconstrução de um outro projeto, voltado para atrair outro público, uma vez que se entende que esse espaço estava “morto”, mas pela abertura e liberação das potências que ali estavam, nas estruturas físicas e nas pessoas, capazes de ousarem a imaginar outras formas de convívio e conexão a partir do que consideram que deve ser reconhecidamente um espaço de todos. Apesar do nome dessa configuração, a intenção claramente não é manter as coisas como estavam, normalmente abandonadas, deterioradas ou inativas, mas recupera-las em um novo uso, de maneira coletiva e consciente a não causar ainda mais danos e impactos indesejados pelas comunidades locais.

Ocupar para pressionar

Ocupações possuem um sério poder de conflito: chamam a atenção da mídia, colocam em questão a autoridade do governo sobre espaços e incentivam a população a tomar o controle e agir diretamente sobre o meio urbano. Durante os anos 70, grupos ligados a ideias autonomistas e anti-autoritários, como os *Autonomen* na Alemanha, ou *Lotta Continua*, na Itália, passaram a promover ocupações como forma de chamar atenção para pautas políticas e incentivar a radicalização do movimento (PRUIJT, 2013). O foco aqui não é necessariamente proteger um espaço para que ele continue ocupado ou seja direcionado para outro fim, mas justamente na produção de um fato político que essa ação vai gerar, levantando uma série de questões, como a denúncia de más condições de habitação ou a violência policial, por exemplo. Essa configuração é denominada de **ocupação política** (PRUIJT, 2013), por seu principal objetivo ser pressionar e chamar atenção para pautas políticas através do tensionamento do conflito, que toma forma simbólica e física no ato ocupação.

Ao longo dos anos 90, principalmente, essas duas configurações foram bastante praticadas por movimentos ambientalistas e de alter-globalização. O movimento *Reclaim the Streets*, em Londres, em suas manifestações, utilizava a prática de ocupar os espaços públicos com grandes festas não-autorizadas, produzindo espaços de suspensão, desordem e construção coletiva em meio as ações diretas, que simultaneamente geravam fatos políticos, como a interdição de vias públicas, e também eram formas de os manifestantes experimentarem diretamente - mesmo que por um lapso de tempo - as pautas que estavam sendo reivindicadas, como a descolonização e o resgate dos espaços públicos enquanto espaços de se estar e socializar, não como passagens (OLIVEIRA, 2007).

Outros eventos que recebem destaque nessa década e na seguinte são os Dias de Ação Global, protestos organizados *online* que tomaram simultaneamente lugar em diversas cidades ao redor do mundo em repúdio aos encontros de organizações transnacionais (como a Organização Mundial do Comércio) para definir políticas neoliberais a serem implementadas e seguidas mundialmente. Esse período marca uma convergência desses protestos com as diferentes configurações de ocupação; para além de atenderem e em algumas ocasiões se engajarem ativamente na organização e realização desses protestos, as experiências das ocupações influenciaram ou instigaram a própria forma de protesto praticada por esse movimento global (MARTÍNEZ, 2013), que envolvia práticas disruptivas e de radicalização, uma vez que o risco de repressão era muito elevado por visar autoridades de alto escalão mundial e também por se valerem de repertórios artísticos e festivos durante os protestos, colocando a ocupação das ruas como espaços de democracia direta, ação conjunta e

sociabilização de grupos muito diversos (OLIVEIRA, 2007, MARTÍNEZ, 2013), que possuíam em comum o discurso de busca por maior autonomia social e crítica a ordem capitalista de produção (MARTÍNEZ, 2013).

A maior conexão experienciada nesse momento, seja física, promovida pela característica mobilidade e circulação de ativistas de movimentos de ocupação e alter-globais; virtual, devido a difusão da internet e ao maior uso de equipamentos tecnológicos como forma de articulação e expressão política; e em torno de ideais comuns entre esses movimentos marca uma nova forma de solidariedade internacional, mais proativa e de mão-dupla (MUDU, 2013), renovando táticas, ideais e alianças dos movimentos, o que colabora para a expansão da rede de atuação dos movimentos de ocupação, não mais restritos aos níveis locais em que atuam, e os coloca como atores relevantes em lutas mais amplas, na inovação de repertórios de protesto, fornecimento de estrutura, circulação de ideais libertários e no desenvolvimento cotidiano de outras formas possíveis de vida (MARTÍNEZ, 2013).

Talvez o movimento mais expressivo de ocupações experienciado na história recente brasileira tenha vindo das ações dos grupos de estudantes secundaristas no final de 2015. Em protesto a uma tentativa de remanejamento administrativo, que implicaria na remoção de milhares de alunos e no fechamento de centenas de escolas, o movimento tomou conta de uma grande parte das escolas públicas da região metropolitana de São Paulo, logo se espalhando por diversas cidades e capitais do país, ecoando as manifestações chilenas pela educação de 2006 (ARONI, 2017). Os diferentes grupos de estudantes se organizaram por meios digitais estabelecendo uma rede de apoio entre as escolas, em que todo o funcionamento, a manutenção e o desenvolvimento das atividades no espaço era feito pelos próprios alunos, recuperando inclusive, diversos espaços dentro das próprias escolas, tudo maneira horizontal e auto-gerida, algo próximo a uma *TAZ* (DE SORDI; MORAIS, 2016). Através de chamamentos públicos e de divulgação por mídias independentes, os secundaristas mobilizaram imensa rede de apoiadores, muitos artistas, professores e figuras públicas de grande visibilidade, que voluntariamente realizaram aulas públicas, festivais de arte e de música, passeatas, oficinas das mais diversas, que foram fundamentais não só para os alunos, que passam a ver que outras formas de educação e cultura são possíveis, mas também para o envolvimento de pessoas de fora das ocupações, sendo que essas atividades eram abertas a todos - menos a polícia e a grande mídia -, provocando uma mudança na opinião pública, que passa a respaldar e a aderir às ocupações (COPIANO, 2017). Os alunos reivindicavam as ocupações das escolas não só como uma estratégia para evitar o desmonte, mas também como uma experiência de formação

política. Nota-se que o engajamento e o efeito de mudança na cultura políticas desses jovens foi muito além de uma luta pontual, mas se desdobrou em outras iniciativas que continuaram a partir desse evento. Muitos jovens relatam terem experienciado uma transformação na maneira de ver e agir sobre o mundo, levando essa experiência de autonomia e horizontalidade para outras esferas de sua vida (DE SORDI; MORAIS, 2016).

As apropriações que se fazem dessa configuração tanto em São Paulo como nos outros casos revelam a variedade de pautas e grupos que podem se valer dela, porém apresentam em comum o caráter de não se encerrarem com o protesto combinado, mas permanecem como espaços de convivência e debate político permanente, promovendo uma presença contínua do protesto no espaço público (MAYER, 2013), reivindicando pautas radicais e o aprofundamento da democracia direta, a começar dali, daquele instante.

Considerações finais

Ao se colocar em perspectiva as trajetórias, de modo geral, dos movimentos de ocupação no Brasil e na Europa, podemos observar diversas pontes de diálogos entre eles. Os contextos socioeconômicos podem divergir bastante, mas a persistência do fenômeno das ocupações em diversas partes do mundo aponta para a existência de problemas comuns e formas de organização e luta emergentes, que nos obrigam a olhar para os dois lados dessas pontes com o intuito de se compreender melhor algumas dessas expressões contemporâneas.

O movimento de aproximação proposto, através da tipologia apresentada nesse trabalho integrada ao contexto brasileiro, busca um ganho cognitivo na diferenciação e identificação desse fenômeno no Brasil. As configurações de ocupação por moradia apresentadas no *Momento I* fornecem uma base ampla sobre a manifestação do fenômeno, assim como uma forte associação com movimentos sociais nos casos aproximados, com importantes diferenças no que se refere ao: recorte temporal; origem da trajetória e; protagonismo dos sujeitos. No *Momento II* observamos a diversificação de pautas e formatos das ocupações; já bastante arraigadas na Europa essas configurações aparecem como novidades na experiência recente do Brasil, porém apresentam um grande potencial de desenvolvimento, de maneira autônoma ou associadas a outros movimentos. O *Momento III* traz à tona a globalização do fenômeno, bem como o seu uso tático e seu potencial disruptivo, a ação direta é utilizada por diversos grupos em seus contextos locais, porém de forma articulada e conectada com outras experiências.

Referências Bibliográficas

Aguilera, T. (2018). The squatting movement (s) in Paris: Internal divides and conditions for survival. In *The Urban Politics of Squatters' Movements* (pp. 121-144). Palgrave Macmillan, New York.

Aguilera, T., & Smart, A. (2016). Squatting, north, south and turnabout: A dialogue comparing illegal housing research. *Public goods versus economic interests: Global perspectives on the history of squatting*, 29-55.

Aroni, R. (2017). As ocupações escolares e os secundaristas: desafios, limites e ensinamentos das ações coletivas. In *Congresso Brasileiro de Sociologia* (Vol. 18).

Azozomox (2015). Gender and squatting in Germany since 1968. In: Moore, A., & Smart, A. (Eds.). (2015). *Making room: Cultural production in occupied spaces*. Other Forms.

Bragaglia, F., & Krähmer, K. (2018). 'Art Barricades' and 'Poetic Legitimation' for squatted spaces: Metropolitiz, Rome and Cavallerizza Reale, Turin. *Tracce Urbane. Rivista Italiana Transdisciplinare di Studi Urbani*, 2(4).

Braconi, J. C. (2017). *A disputa pela moradia na região central de São Paulo: uma análise das ocupações Prestes Maia, Mauá e Cambridge* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Copiano, L. P. (2017). *Atuação dos estudantes secundaristas e as influências políticas culturais* (Doctoral dissertation, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO).

Dee, E. T. C. (2018). The Political Squatters' Movement and Its Social Centres in the Gentrifying City of Rotterdam. In *The Urban Politics of Squatters' Movements* (pp. 187-208). Palgrave Macmillan, New York.

Gallo, I. C. D. Á. (2008). Punk: Culture and Art. *Varia Historia*, 24(40), 747-770.

Grazioli, M., & Caciagli, C. (2018). Resisting to the neoliberal urban fabric: Housing rights movements and the re-appropriation of the 'Right to the City' in Rome, Italy. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 29(4), 697-711.

Martínez, M. A. (2012). The squatters' movement in Europe: a durable struggle for social autonomy in urban politics. *Antipode*, 45(4), 866-887.

Martínez, M. A. (2013). The Squatters' Movement in Spain. A local and global cycle of urban protests. In *Squatting in Europe: radical spaces, urban struggles* (pp. 113-138). Minor Compositions.

Mayer, M (2013). Preface. In: Kollektive, S. E. (Ed.). (2013). *Squatting in Europe: radical spaces, urban struggles*. Minor Composition

Milligan, R. T. (2018). The Politics of Occupation in the Neoliberal City.

Moore, A. W. & Smart, A. (Ed.) (2015). Making Room: Cultural Production in occupied Spaces

Mudu, P. (2013). Resisting and Challenging Neoliberalism: The Development of Italian Social Centers. In *Squatting in Europe: radical spaces, urban struggles* (pp. 113-138). Minor Compositions

Neuhold, R. D. R. (2009). *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Oliveira, L. M. B. (2007). *Corpos indisciplinados. Ação cultural em tempos de biopolítica*.

Oliveira Neto, S. (2012). *Situação Prestes Maia: o processo de colaboração entre artistas, coletivos artísticos e o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Ocupação Prestes Maia/São Paulo (2003-2007)* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Oliveira, M. D. L. S. D. *Parque Augusta na luta pelo comum urbano: uma etnografia de redes e ruas* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Owens, L. (2013). Have Squat, Will Travel. *Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Struggles*, 185.

Pruijt, H. (2013). Squatting in Europe. *Squatting in Europe: Radical spaces, urban struggles*, 17-60.

Sordi, D. N. D., & Morais, S. P. (2016). Os estudantes ainda estão famintos!": ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. *Religación: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, Quito/Ecuador*.

Squatting Everywhere Kollektive (2013). *Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Struggles*. Published by minor compositions

Squatting Everywhere Kollektive (2014). *The Squatters' Movement in Europe: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism*. Published by Pluto

Squatting Everywhere Kollektive (2018). *Fighting for spaces – Fighting for our lives*. Edited by SqEK. Published by edition assemblage and SqEK

Tatagiba, L., Paterniani, S. Z., & Trindade, T. A. (2012). Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. *Opinião pública*, 18(2), 399-426.

Teatro Valle (2015). *Teatro Valle*. In: Moore, A., & Smart, A. (Eds.). (2015). *Making room: Cultural production in occupied spaces*. Other Forms.